

O PACOTE DE FH

Ajuste fiscal pesará, principalmente, no bolso da classe média e dos servidores federais

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA - "Não somos um país avestruz. Pretendemos enfrentar a crise de frente", disse ontem o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, ao anunciar, junto com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, um pacote com 51 medidas, que em boa parte pesarão no bolso dos servidores federais e da classe média. As decisões representarão, no mínimo, um ganho fiscal de R\$ 20 bilhões para o ano que vem. "É absolutamente indispensável uma resposta correta e apropriada do país a uma turbulência externa que, achamos, ainda terá duração", completou Malan, na entrevista marcadada para a parte da manhã exatamente para animar os mercados, na abertura dos negócios do dia.

O pacote anunciado pelo governo foi duro, reconheceu o mercado. Mas nem por isso o clima extremamente nervoso da semana passada deu lugar à euforia. A reação, medida pelo comportamento dos preços dos ativos financeiros, foi de cautela. O governo conseguiu interromper o movimento de alta do dólar e dos juros no mercado futuro, mas não logrou obter uma virada das bolsas, que desde 22 de outubro caíram 30,48%. A Bolsa de São Paulo fechou em alta de 1,96% e a do Rio, de 1,9%. O melhor desempenho ficou para as ações das estatais, justamente as que lideravam as quedas até a semana passada.

A falta de entusiasmo em boa parte é motivada pela perspectiva de que a economia enfrente uma fase de recessão, o que reduziria os lucros das empresas. O pacote divulgado ontem, que corta gastos do governo e tira renda da classe média, via aumento de Imposto de Renda, representa um freio para a atividade econômica. O tamanho dessa recessão vai depender, sobretudo, do tempo de duração de taxas de juros tão altas.

O pacote - severo com o funcionalismo público, que passará mais um ano sem reajuste salarial, e com o assalariado, que pagará mais 10% de Imposto de Renda a partir de janeiro de 1998 até 1999 - limita, também, em 20% as deduções e benefícios do IR a pagar das pessoas físicas. Só essas duas providências do IR, que vão reduzir a renda disponível da classe média, representarão uma receita adicional de R\$ 1,2 bilhão para os cofres públicos no ano que vem. Os critérios para concessão de aposentadorias proporcionais também serão modificados e estará suspensa, por 90 dias, a concessão de benefícios para idosos carentes, que só poderão pleitear essa renda de um salário mínimo mensal aos 70 anos.

O governo também aumentará, em 6,3%, os preços dos combustíveis (gasolina, GLP, óleo diesel e álcool), no Rio e em São Paulo, a partir da próxima segunda-feira. Localidades mais distantes terão reajustes maiores. Essa elevação vai produzir uma receita de mais R\$ 1,16 bilhão para a Petrobrás, aplicada integralmente na redução dos subsídios da conta-petróleo. O aumento do Imposto sobre

Produtos Industrializados (IPI) terá repercussão imediata nos preços de automóveis e bebidas.

Este ajuste fiscal "não significa uma mudança de rumo", garantiu Malan. Ao contrário, "ele representa uma reafirmação e aprofundamento da política econômica", disse. "Estamos mostrando consistência e persistência. Estamos reafirmando nosso compromisso com a estabilidade", sublinhou o secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros.

O país precisa reduzir, diante da crise internacional, sua dependência de capitais externos. Uma forma de fazer isso é diminuindo os gastos do setor público. Essa é a natureza do esforço fiscal e o governo adiantou, ontem, que vai engordar o programa de privatização, agregando rodovias federais e o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) à lista de ativos privatizáveis.

O Orçamento Geral da União de 1998 já receberá um corte de R\$ 5,3 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão na conta de pessoal, R\$ 1,7 bilhão em despesas de custeio e outros R\$ 500 milhões em investimentos, entre outras despesas. Nesses cortes, garantiu Kandir, foram preservadas as áreas de saúde, educação, assistência social e reforma agrária. O governo garantiu que vai demitir até 33 mil servidores não estáveis e extinguir 70 mil cargos vagos na área civil. Apenas um terço dos cargos que vagarem por aposentadoria ou outras razões serão preenchidos de agora em diante, entre outras vantagens que serão eliminadas.

No total, o corte de despesas é de R\$ 5,3 bilhões no governo federal e o aumento de receitas será de R\$ 6,5 bilhões. No pacote do esforço fiscal, portanto, o governo federal entra com R\$ 11,8 bilhões, as empresas estatais com R\$ 4,8 bilhões e a expectativa é que os governos estaduais ajudem com uma economia de R\$ 3 bilhões. As estatais terão que reduzir em R\$ 2,1 bilhões seus investimentos programados para o ano que vem e cortar 5% das suas despesas de custeio e pessoal, ou seja, R\$ 900 milhões. A esses números se somam, ainda, as receitas decorrentes do aumento das tarifas e preços públicos no ano que vem, que deverão render R\$ 1,8 bilhão. Esse dinheiro será recolhido pela União, na forma de pagamento de impostos e dividendos.

Só a elevação da taxa de embarque internacional para US\$ 90 representará arrecadação de R\$ 500 milhões. Outros R\$ 550 milhões virão do corte de 50% nos incentivos fiscais (setoriais e regionais) a serem concedidos no ano que vem. Os brasileiros que viajam ao exterior terão que gastar menos nas compras do *free shop*. O limite, que era de US\$ 500 por pessoa, caiu para US\$ 300, o que deverá diminuir, ainda que residualmente, a queima de reservas cambiais. Acabam, também, as isenções de Imposto de Renda para entidades sem fins lucrativos, educacionais, de saúde ou desportiva. Se essas entidades tiverem lucro, terão que pagar imposto.